

ATIVIDADE: CAPTAÇÃO E ENVASE DE ÁGUA MINERAL.

LICENÇA PRÉVIA (LP);

LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI); E

LICENÇA AMBIENTAL INTEGRADA (LAI).

Documentos preferencialmente no formato PDF. Limite de 20Mb por arquivo.

1 – Requerimento

Formulário a ser preenchido eletronicamente no Portal de Licenciamento do Inea.

2 – Documentos de identificação

Pessoa física: RG e CPF do titular do requerimento.

Pessoa jurídica: RG e CPF do(s) representante(s) legal(/is) da Pessoa Jurídica titular do requerimento.

3 – Documentos sociais

Sociedade Limitada: Última alteração contratual e Contrato Social consolidado.

Sociedade Anônima: Estatuto Social e ata de eleição da diretoria em vigor.

Órgãos Públicos: Ato de nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

Outros casos: Documentos de constituição da Pessoa Jurídica e de eleição ou nomeação do(s) representante(s) legal(/is).

4 – CNPJ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica obtido no site da Receita Federal no ano do requerimento.

5 – Declaração de microempresa (Form. 35) ou Relatório do Simples Nacional emitido pela Receita Federal (se for o caso)

Documento que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte para fazer jus à redução de 50% do valor do custo de análise.

6 – Documentos de identificação do procurador (se for o caso)

RG e CPF do procurador constituído.

7 – Procuração pública ou particular (se for o caso)

A procuração particular deve ter a firma reconhecida.

8 – Termo de Responsabilidade

Formulário disponível no Portal de Licenciamento do Inea.

9 – Planta de localização

Em cópias do IBGE, mapas do programa Google Earth, indicando:

- a) Coordenadas geográficas (graus, minutos e segundos), em SIRGAS2000;
- b) Localização do terreno em relação ao logradouro principal, aos acessos, indicando suas denominações;
- c) Caso esteja situado às margens da estrada ou rodovia, indicar o quilômetro e o lado em que se localiza;
- d) Corpos d'água (rios, lagos, etc.) mais próximos ao empreendimento, com seus respectivos nomes, quando houver; e
- e) Usos dos imóveis e áreas vizinhas, num raio mínimo de 100 metros.

10 – Registro no Conselho de Classe do(s) profissional(is) responsável(is)

Cópia do Registro Profissional do(s) Responsável(is) Técnico(s).

11 – Anotação de Responsabilidade Técnica do(s) profissional(is) responsável(is)

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) - para biólogos.

LICENÇA PRÉVIA (LP).

21 – Relatório de Controle Ambiental (RCA).

LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI); E

LICENÇA AMBIENTAL INTEGRADA (LAI).

12 – Plano de Controle Ambiental (PCA), contemplando:

- a) Caracterização ambiental do local, focando na caracterização hidrogeológica; e
- b) Detalhar as fases e procedimentos de instalação e seus respectivos controles ambientais e cronograma de instalação.

13 – Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD)

Demonstrar uso futuro da área, assim como plano de fechamento da fonte de água mineral.

14 – Planta de detalhe

Deverá indicar as infraestruturas existentes ou as que ainda serão construídas, devendo correlacionar com áreas ambientalmente protegidas por lei e áreas florestadas.

A escala deverá ser 1:25.000, depende do nível de detalhe exigido pela própria planta. As coordenadas deverão estar em UTM e o DATUM utilizado deverá ser o SIRGAS2000.

15 – Planta de detalhe

Deverá indicar o ponto onde estão localizadas as fontes de água mineral que são/serão utilizadas pela empresa.

As coordenadas deverão estar em UTM e o DATUM utilizado deverá ser o SIRGAS2000.

Obs.: Junto da planta das fontes, deverá ser entregue tabela com as coordenadas das mesmas.

No Portal do Licenciamento (portallicenciamento.inea.rj.gov.br) estão disponíveis legislações, orientações, formulários, entre outras informações, basta clicar na aba “Área do requerente”.

Durante a análise do processo do seu requerimento podem ser exigidos novos custos e documentos complementares.